

Ata de Reunião de Grupo de Trabalho – Conselho Gestor APA – Costa Brava
Local: Associação de Moradores do Estaleiro – AME
Data 22/01/2020

Ao vigésimo segundo dia do mês de janeiro do ano de 2019, com primeira chamada realizada às 19:00 e segunda chamada realizada às 19:15, iniciou-se a reunião, secretariada pelo Conselheiro Anilton Da Silva Bitencourt Filho, estando presente na mesa a Sra. Maria Heloisa Furtado Lenzi, Secretaria do Meio Ambiente do Município de Balneário Camboriú, sendo a responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho. Com a presença de 22 (vinte e dois) membros participantes com direito a voto (Lista de Presença em anexo), deu-se início aos trabalhos, com a possibilidade de presença de pessoas interessadas da comunidade, que se alocaram parte dentro da sala e parte no lado de fora devido ao grande número. Fora mencionada a possibilidade de pronunciamento dos visitantes por tempo determinado ao fim da reunião. Houve o protocolo de requerimento assinado por 23 (vinte e três) pessoas da comunidade, baseado no Regimento Interno do Conselho Gestor da APA, solicitando que seja realizada, anteriormente ao início dos trabalhos de cada reunião, uma explicação detalhada de cada uma das propostas de zoneamento apresentadas, principalmente, trazendo exemplos sobre potencial construtivo nos terrenos. A presidente, antes de colocar o requerimento protocolado em votação, fez uma breve síntese histórica dos procedimentos adotados por este Conselho até o presente momento, adiantando que o requerido não pode ser realizado, uma vez que a metodologia aplicada para a condução dos trabalhos determina inicialmente a apresentação de cada uma das três propostas do Plano de Manejo de maneira separada, sendo que as discussões sobre detalhamentos dos índices serão realizadas após respectiva aprovação, impossibilitando, temporariamente, a explicação e exemplificação detalhada requerida pela comunidade. Levado o requerimento à apreciação do Conselho, foi decidido, por 17 votos a 3, que não serão interrompidos os trabalhos para atender ao requerimento apresentado, sendo os Conselheiros representantes da “AOceano”, Univali e Secretaria de Planejamento, os votos vencidos. Após serem recapitulados os itens debatidos na sessão anterior, a presidente deu continuação aos trabalhos de votação sobre a Proposta das Zonas. Com relação a ZC4, houve a apresentação da proposta do Grupo de Trabalho, que solicitava: toda a área abaixo da quota 25, a utilização de 40% (quarenta por cento) da Taxa de Ocupação; até 03 (três) pavimentos; índice de aproveitamento: 1,2 (não sendo registrado sobre a Área Construída Computável Máxima); Taxa de Cobertura Vegetal Obrigatória existente de 40% (quarenta por cento), os lotes em 500m² (quinhentos metros quadrados); Uso Sustentável e Mimetização obrigatórios; possibilidade de multiuso – sem a identificação de unidade mínima habitacional. As Associações solicitaram: Taxa de Ocupação de 50% (cinquenta por cento), com o gabarito: 03 (três) pavimentos + 50% (cinquenta por cento) de subsolo, 100m² (cem metros quadrados) de área mínima privativa e manteve-se os demais Índice apresentados pelo grupo de trabalho. Aberta a palavra para que os Conselheiros fizessem suas colocações, o representante da OAB fez o uso da palavra para registrar que a instituição é favorável à construção de até 3 pavimentos. O Representante da Associação do Estaleirinho se pronunciou informando

que realizou uma votação popular com aproximadamente 140 (cento e quarenta) pessoas do bairro, onde se buscava reconhecer o interesse dos moradores em relação ao número de pavimentos permitidos. Informando que a votação realizada resultou numa média de vontade popular na construção de edificações com até 04 (quatro) pavimentos, o Representante mencionou que concorda com a construção de até 03 (três) pavimentos. O Representante do Estaleiro se manifestou, explicando que realizou a mesma votação popular feita no Bairro Estaleirinho, onde prevaleceu a construção de 04 (quatro) pavimentos, com 50% (cinquenta por cento) de Ocupação, em imóveis com área mínima de 1000m² (hum mil metros quadrados). O Representante da OAB retomou a palavra para enfatizar que o atual plano diretor já prevê a construção de 2,5 pavimentos, sendo que a confirmação na proposta de construção de até 03 (três) pavimentos seria "entrar num consenso geral" (sic) neste momento, e que posteriormente, verificando-se o crescimento do Bairro Estaleiro, poderia ter o índice aumentado por posterior revisão. Ocorreram reivindicações da população presente, reclamando o direito de pronunciamento das pessoas antes do início dos debates e aprovações, que segundo Regimento não pode ser atendido, até porque já estão devidamente representados pelos Conselheiros presentes. A presidente informou novamente que abrirá a palavra à população por 15 (quinze) minutos, conforme Regimento Interno, após, no momento devido. Na sequência, deu-se a votação sobre qual das propostas anteriormente discutidas seria escolhida. A proposta 1 recebeu 12 (doze), A Proposta 2 recebeu 8 (oito) votos, assim, a Proposta 01 restou vencedora. Com relação à ZP2, batizado de Zona de Proteção Especial de Transição, identificado no diagnóstico ambiental entre as quotas 25 e 50. O Grupo de Trabalho apresentou: 10% (dez por cento) de taxa de ocupação; 02 (dois) pavimentos; 0,2 de índice de aproveitamento, não entrando em área construída computável máxima; manteve-se 70% cobertura vegetal; lote mínimo de 2.000m² (dois mil metro quadrados); Uso sustentável e Mimetização na construção; não à abertura para multiuso, apenas para zoneamento fechado - residencial. As Associações propuseram: 10% (dez por cento) de taxa de ocupação; 02 (dois) pavimentos; 0,3 de índice de aproveitamento, 2x na área construída (térreo + 01 (um) pavimento) de 10% + subsolo no caso de declívio onde serão utilizados pilotis. 70% cobertura vegetal; lote mínimo de 2.000m² (dois mil metros quadrados); Uso sustentável, devendo ser definido quais multiusos serão permitidos. A OAB manteve o Plano Diretor como proposta para a referida Zona. Na sequência, fez-se a votação. A proposta 1 recebeu 12 (doze) votos. A Proposta 2 recebeu 8 (oito) votos. Assim, a Proposta 1 saiu vencedora. Com relação a ZP3, batizado de Zoneamento Especial dos Acessos, que comporta as quotas de nº 50 a 100. O Grupo de Trabalho sugeriu: 10% (dez por cento) de taxa de ocupação; 02 (dois) pavimentos; 2 de índice de aproveitamento; 70% cobertura vegetal; lote mínimo de 2.000m² (dois mil metro quadrados); Uso sustentável e Mimetização na construção; não à abertura para multiuso, apenas para zoneamento fechado - residencial. As Associação sugerem que deixe de existir o referido zoneamento, uma vez que é absorvido pelo ZP1 já votado na última reunião. A OAB manteve o disposto no Plano Diretor. Após alguns apontamentos referentes às votações anteriormente feitas pelos Conselheiros, os Conselheiros decidiram que o referido zoneamento deixa de existir, uma vez que já discutida a referida área junto ao ZP1. Com relação às Áreas de Preservação Especial de

Paisagem - APEPA, incluindo na proposta a Ponta da Tartaruga e Ponta do Lobo e áreas entre Estaleiro e Estaleirinho. O Grupo de Trabalho sugeriu: área de ocupação de 5% ou 10% (cinco ou dez por cento) no máximo; 02 (dois) pavimentos; 0,2 de índice de aproveitamento. Não sugeriu área construída computável máxima; taxa de cobertura vegetal de 75% (setenta e cinco por cento); lote mínimo de 5.000m² (cinco mil metro quadrados); Uso sustentável, Mimetização e Multiuso, sendo permitida a ocupação de maneira muito restrita, uma vez que tem valor paisagístico muito grande. As Associações sugeriram: 10% (dez por cento) de taxa de ocupação; 02 (dois) pavimentos; 0,3 de índice de aproveitamento; ocupação x2 (térreo + pavimento) com 10% de subsolo, possibilitando a mimetização com pilotis, caso necessário; 75% (setenta e cinco por cento) de taxa de cobertura vegetal; lote mínimo de 5.000m² (cinco mil metro quadrados); necessidade de definição do multiuso, A OAB seguiu sugerindo seguir com o Plano Diretor, com proposta específica referente à Ponta dos Lobos, sendo está de 30% (trinta por cento) de taxa de ocupação, até 25m (vinte e cinco metros) e 10% (dez por cento) acima de 25m; 02 (dois) pavimentos, 1,5 de índice de aproveitamento. Aberta a palavra aos Conselheiros, foi explanado que parte das áreas ora indicadas na apresentação como APEPA já tinham sido discutidas anteriormente, sendo a área referente ao canto sul do Estaleiro até a quota 25 passando a incorporar a ZC4 e a Praia do Pinho parte plana até a cota 25 a compondo a ZC4-A juntamente com Taquaras, votada em sessão anterior. Colocadas em votação, a Proposta 1 recebeu 14 (quatorze) votos, a Proposta 02 recebeu 07 (sete) votos. Com relação a ZC1 - Zona de Conservação Prioritária da Preamar, foram realizadas algumas considerações pela Presidente Maria Heloisa sobre a linha base de medida para recuo das construções. Foram apresentadas três propostas: pelo Grupo de Trabalho foi sugerida a proposta da utilização da linha de preamar homologada pela SPU, salientando que se está considerando apenas a linha de preamar das praias e não a linha de preamar da SPU que avança sobre os rios e ribeirões, sendo que a proposta serviria aos terrenos que tem frente ao mar a utilização da linha de preamar homologada. Foi sugerido os 33m a partir da preamar homologada, nos costões foi sugerido 80m a partir da preamar também homologada; pelas associações a proposta 2 sugerida foi que não fosse 33m, mas sim a metragem necessária para usando a linha de preamar homologada se mantivesse a mesma distância que hoje corresponde a 50m da linha de preamar do município, que segundo analises na maioria dos casos são 20m da linha de preamar homologada. Nos costões foi sugerida a manutenção de como se utiliza hoje, a linha do costão conforme está desenhado na horto-foto; pela OAB foi sugerido que nas praias se mantenham o que hoje já existe, plano de 50m a partir da linha de preamar do plano diretor atual. Nos costões a redução da faixa de 80m de preamar, seguindo o plano diretor para a faixa de 50m. Aberta palavra aos conselheiros foi dito: na questão das associações, as praias frente mar já estão todas construídas, o recuo de 50m da linha da agua é um recuo bastante suficiente para não ter sombra na praia, Ao alterar para a linha do SPU, considerando que ela avança em média 10m da linha do município, que isso irá inviabilizar alguns terrenos mais curtos, e essa proposta irá acarretar em indenizações para esses inviabilizados, principalmente no canto norte do Estaleirinho. Por fim o conselheiro destacou que a proposta das associações é justamente o que se está hoje,

Pr.

J.K.

H

SPG.

Silva

SPG

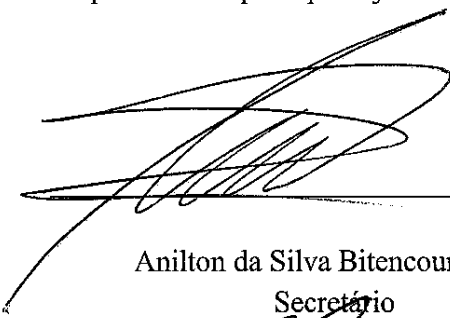
SPG

14B 0 0 9/10 05/11 11/11


50m só que se use a preamar da marinha mais um "x" metros, que deve dar em torno de 20m. Não houve mais manifestações de conselheiros, foi encerrada a discussão. Aberta a votação, foi aprovada a proposta nº 02 por 18 votos. Sobre o zoneamento especial para Área De Proteção Especial De Taquarinhos - APETA, as propostas que foram apresentadas pelo Grupo de Trabalho e pelas Associações se equivalem: criação de um parque ambiental de Taquarinhos, utilização de turismo ecológico, viabilização de atividade através de uma parceria público-privada e restrição da ocupação da área. Aberta palavra aos conselheiros foi indagado se a proposta das associações não tinha nada mais a acrescentar. Após revisão a presidente retificou a proposta, acrescentado que a proposta continha também à previsão de multi-eventos e ensino, sendo ao final a criação de um parque volta ao turismo ecológico. Aprovada a proposta do grupo de trabalho por unanimidade. Com relação à APEPE - Área de Proteção Especial da Pedreira Feitas algumas considerações pela Sra. Maria Heloisa. Na sequência, foi aberta a palavra aos Conselheiros, não houve manifestações. Aprovada a proposta do grupo de trabalho por unanimidade. Quanto as Áreas Públicas Verdes, foram apresentadas duas propostas: a primeira proposta apresentada pelo Grupo de trabalho, previu área de 752.000m² de praças, e parques públicos, atividades de lazer, recreação e eventos e a origem seriam desapropriações, parcelamento do solo, transferência do direito de construir e direito de requisição; as associações sugeriram o uso somente das áreas de Taquarinhos e Pedreiras, avaliadas anteriormente, até que se tenha recursos alocados para indenizações de novas áreas verdes, devendo haver indenizações de até 02 (dois) anos, nos casos de haver restrições, bloqueios administrativos que venham a causar diminuição econômica nos imóveis, ficando o município responsável para conter eventuais invasões dos imóveis. Aberta palavra aos conselheiros, manifestaram-se alguns conselheiros. Pelo conselheiro do CRECI foi dito: que as referente as diretrizes viárias, as áreas colocadas na proposta levariam a indenizações de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) somente para abrir 11 (onze) quilômetros de ruas. Que a votação criando essas áreas verdes, neste momento, seria uma irresponsabilidade de deixar esse ônus para alguém pagar. As associações estão pedindo que qualquer área verde, podendo ser estas até no futuro, que venham já com recurso. Que a instalação de áreas verdes em terreno de terceiros impõe a obrigação de indenizar, como previsto em lei. Que em Taquarinhos é questionável o cabimento de indenização, pois houve redução dos usos, assim como em Pedreira. Que a colocação das áreas como estas seria deixar um ônus de mais de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para um futuro Prefeito pagar; O conselheiro da OAB disse que tem que indenizar previamente os proprietários destas áreas afetadas. Que dever haver um caixa previsto e autorização do legislativo. Que se o conselheiro votar pela proposta do Grupo de trabalho, será um descaso com a comunidade, que terá que disponibilizar dinheiro dos cofres públicos para agilizar as indenizações. Pedindo ao final a consciência dos conselheiros para que se evite um gasto excessivo do município, alertando que a comunidade terá que pagar; Não houve mais manifestações dos conselheiros, sendo encerrada a discussão. Aberta a votação foi aprovada a proposta nº 2 por 21 votos a 1. Por fim, quanto às Áreas Institucionais, esclareceu-se que seriam áreas para equipamento público, atividades de educação, saúde e evento. Foram apresentadas duas propostas, pelo Grupo de Trabalho,

sugeriu os mesmos moldes apresentado no item anterior (Áreas Verdes), onde a origem das áreas seriam desapropriações, parcelamento do solo, transferência do direito de construir e direito de requisição; pelas associações sugeriu-se que as áreas institucionais fossem criadas conforme a lei de parcelamento de solo. Aberta a palavra aos Conselheiros foi dito que: as questões dos condomínios é outra questão que será vista mais a frente. Que a questão é a mesma do item anterior, que é colocar áreas institucionais em terrenos de terceiros, que a preocupação é a indenização. Que hoje já existe uma legislação que prevê que no parcelamento de solo a pessoa tem que doar uma área institucional para o município. Não sendo ninguém contrário ao fato de ter que haver parques, a ter escolas, mas se não houver loteamentos a prefeitura teria que comprar essas áreas conforme a demanda. Houve uma pequena manifestação popular e o Conselheiro representante do CRECI, Sr. Maurício, salientou que aquilo que estava sendo discutido durante a sessão era o resultado de 03 (três) anos de trabalho e reuniões, onde está se buscando o melhor para região. Foi solicitada a palavra por um integrante da comunidade, salientou a presidente que não poderia abrir a questionamentos no momento. Não houve mais manifestações pelos conselheiros, sendo encerrada a discussão. Aberta a votação, a Proposta nº 2 foi aprovada por unanimidade. Antes do fim da sessão, foi dada a palavra aos visitantes, onde alguns presentes se manifestaram. Houveram sugestões para melhora na divulgação das reuniões, uma vez que os munícipes se sentiam desinformados das datas e o teor de cada sessão. Quanto a isso, a representante da Secretaria do Meio Ambiente respondeu que os Editais de Convocação estão sendo disponibilizados nos respectivos sites, havendo também a divulgação interna nas Associações, havendo a necessidade do interesse da população em buscar tais informações. Uma reclamação da transparência das reuniões foi levantada, uma vez que a população não estava entendendo o que era votado e decido nas sessões, recebendo como resposta dos Conselheiros que este é um trabalho que vem há quase 10 (dez) anos sendo realizado, sendo utilizado o estudo do Plano de Manejo elaborado pelo Prof. Poletti, da ECOLIBRA, juntamente com os trabalhos apresentados pelo grupo A APA QUE QUEREMOS e levado em consideração a consulta popular realizada nos bairros, havendo a compilação destes fatores para se chegar nos resultados de propostas que hoje estão sendo votados em reuniões. Foi também questionado se o recuo dos rios seria pauta de discussão, uma vez que somente fora deliberado sobre o recuo dos mares, sendo respondido que permaneceria as disposições existentes no Código Florestal, havendo decisões do STF neste sentido. Houve manifesto sobre os índices de aproveitamento aprovados na Ponta do Lobo, onde se perdeu muito do potencial construtivo, desvalorizando muito a área aos proprietários. Também, foi levantada a preocupação sobre a quantidade de apartamentos possivelmente construídos com o novo Plano de Manejo, requerendo que fosse apresentado um estudo de impacto na vizinhança, os índices referente a altura e tamanho mínimo de unidades, respondendo os conselheiros que estes índices e tabelas pretendidas pela população seriam apresentados posteriormente, pois ainda não foram apreciados. Outra reivindicação foi que devido ao grande número de populares que assistiram a reunião, muitos tiveram que ficar do lado de fora da sala, então foi sugerido a mudança de local da próxima reunião para centro comunitário do estaleiro, que foi prontamente atendido pela presidente e demais

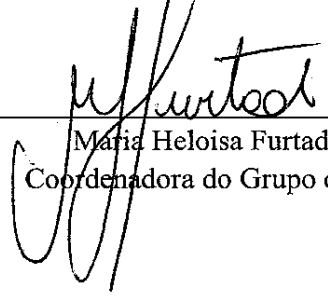
conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora dos trabalhos informou que a próxima reunião será realizada no dia 29 de janeiro de 2020, dando fim aos trabalhos às 21 horas e 51 minutos. Sendo assim, eu, Anilton da Silva Bitencourt Filho, Secretário deste Conselho, lavro a presente ata para que seja lida e aprovada por aqueles de direito.



Anilton da Silva Bitencourt Filho
Secretário





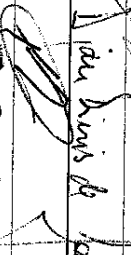

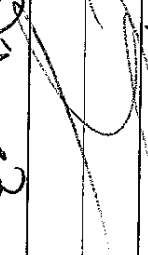
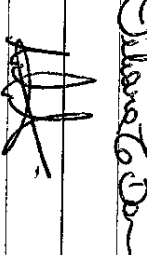
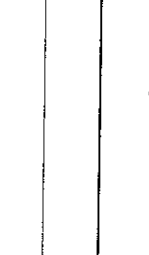
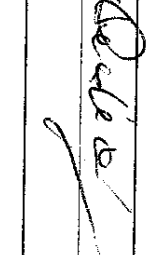
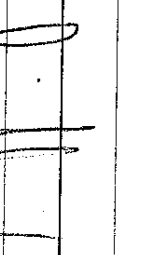
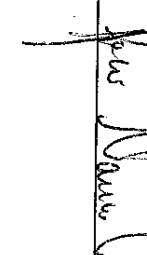
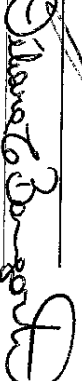


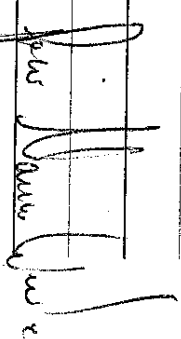
Renato Fimhana de Andrade
Secretário



Maria Heloisa Furtado Lenzi
Coordenadora do Grupo de Trabalho



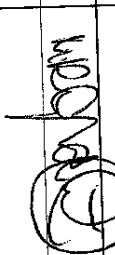
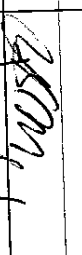
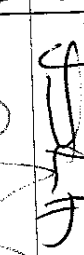

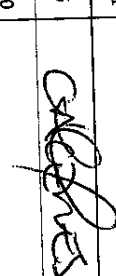

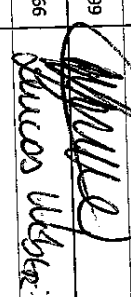
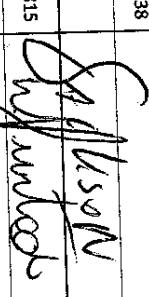



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	DATA: 22/01/2020
ACBALC	titular	Paulo Juneck	paulojuneck@gmail.com	47 997575005	
ACIBALC	suplente	Benvidio Oliveira	adnbarcopirate@yahoo.com.br	47 997014226	
AOCEANO	titular	João Thadeu de Menezes	jthadeu@gmail.com	47 991880808	
AOCEANO	suplente	Fernando Diehl	fdiehl@terra.com.br	47 988054691	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	titular	Anilton da Silva Bittencourt Filho	niltinho.bittencourt@hotmail.com	47 996638888	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	suplente	Djan Dinis de Souza	djandinisdesouza@yahoo.com.br	47 999793700	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	titular	Renato Fimhana de Andrade			
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	suplente	Suell Kretzer	suell13bc@hotmail.com	47 999196764	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	titular	Felipe Manoel Rosa	segredosdoceano@hotmail.com	47 996061562	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	suplente	Carlos Eduardo Ferreira	carloseduardoferreira.adv@gmail.com	47 999686898	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	titular	Marcelo Peixoto	contato@quintaldomar.com.br	47 988030730	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	suplente	Jair Euforzino	0	47 991644933	
AVANTIS	titular	Debora Cristine Baumgarten	debora.baumgarten@avantis.edu.br		
AVANTIS	suplente	Luciana Moser	luciana.moser@avantis.edu.br		
BOMBEIROS MILITARES	titular	Rodrigo Shadong	13_1cmt@cbm.sc.gov.br	47 992509050	
BOMBEIROS MILITARES	suplente	Jorge Luiz de Souza Batista			
CEPSUL - ICMBIO	titular	Jayme Machado Cabral	jaimc.cabral@icmbio.gov.br	47 999789904	
CEPSUL - ICMBIO	suplente	Felipe Farias Albanez	felipe.albanez@icmbio.gov.br	47 991018374	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	titular	Valdeir Manoel da Silva	coloniadespescadores-z7@hotmail.com	47 996803723	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	suplente	Pedro Francisco Rodrigues	0	0	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	titular	Enio Faqueti	eniofaqueti@gmail.com	47 991311750	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	suplente	Antonio Carlos Mesquita Leite	anschau@epagri.sc.gov.br	47 33986230	
CRECI	titular	Pedro Paulo da Silveira Severo	pedroimoveisbc@gmail.com	47 991967759	
CRECI	suplente	José Mauricio Giroldano	mauriciovendadas@terra.com.br	47 984040777	

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 22/01/2020

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
EMASA	titular	Thiago Brondani	thiago.b@emasa.com.br	47 999345551	
EMASA	suplente	Nayara Miotto			
FUNDAÇÃO CULTURAL	titular	Lilian Martins	lilianmartins@culturbc.com.br	47 991934030	
FUNDAÇÃO CULTURAL	suplente	Ingrid de Castro Rosa	0	0	
ICCO	titular	Marcia Regina Gonçalves Achutti	m.achutti@terra.com.br	47 999706665	
ICCO	suplente	João Santo Gervasio	iccoadministracao@terra.com.br	0 0	
IDEIA	titular	Fausto Alvarez	0	0	
IDEIA	suplente	Alexandre da Silva de Medeiros	alexandremedeirosblcolor40@gmail.com	47 991674514	
IMA	titular	Vinicius Ferretti	viniciusferretti@ima.sc.gov.br	47 999788407	
IMA	suplente	Daniel Fossa da Paz	0	47 996164764	
OAB	titular	Mario Clivati Neto	marioclivati@hotmail.com	47 999957282	
OAB	suplente	Ana Clara Souza Carr Pinheiro	anaclaracarr@gmail.com	47 999120551	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	titular	Eduardo Cáceres Miotto	pmabaineaociomt@pm.sc.gov.br	47 33985975	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	suplente	Jurema Kianovicz	pmabaineaiofsetec@pm.sc.gov.br	47 996774400	
QUILOMBOLA	titular	Sueli M. Teodoro	sueliteodoro@gmail.com	47 984824725	
QUILOMBOLA	suplente	Anderson Bertuzzo	0	0	
SECRETARIA DE OBRAS	titular	Osmar de Souza Nunes	mazoca1951@gmail.com	47 999837572	
SECRETARIA DE OBRAS	suplente	Roberto Pereira de Farias	robertopereiradefarias@hotmail.com	47 996589999	
SECRETARIA DE TURISMO	titular	Lucas Weber	financeiro@bc.sc.gov.br	47 996530666	
SECRETARIA DE TURISMO	suplente	Marcelo Antonio Damião	marcelo.damiao@bc.sc.gov.br	47 996607538	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	titular	Adeltraud Zoschke Schappo	gabinete.planejamentourbano@bc.sc.gov.br	47 999836038	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	suplente	Jackson R. Vieira	0	0	
SEMAM	titular	Maria Heloisa B.C. Furtado Lenzi	heloisa.lenzi@bc.sc.gov.br	47 999773815	
SEMAM	suplente	Carin Dorow	carin.dorow@bc.sc.gov.br	47 999773389	

DATA: 22/01/2020

2/2/8.